

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.947 - RS (2019/0286632-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : PEDRO STANGARLIN
ADVOGADO : AROLD0 FAGUNDES DA SILVA - RS042771
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : LUCIANO FERREIRA PEIXOTO - RS049675
INTERES. : PROCENTER DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA
INTERES. : SIMONE CAMARGO MACHADO
ADVOGADO : AROLD0 FAGUNDES DA SILVA - RS042771

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **PEDRO STANGARLIN**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 42, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CEF. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS. SALÁRIO. PENHORA PARCIAL. POSSIBILIDADE. 1. O caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias. 2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia, sendo possível sua penhora parcial.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 71-74, e-STJ).

Em suas razões recursais (fls. 85-100, e-STJ), o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 833, IV, X, e § 2º, do CPC/15; 5º da LICC.

Sustenta, em síntese, ser incabível a penhora de percentual dos proventos de aposentadoria, depositados em conta poupança e em valor inferior a 40 salários mínimos, para pagamento de honorários advocatícios, alegando que tais verbas não se equiparam à prestação alimentícia, a autorizar a constrição judicial.

Sem contrarrazões (fl. 126, e-STJ).

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fl. 130, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. O recorrente aponta violação aos artigos 833, IV, X, e § 2º, do CPC/15 e 5º da LICC, sustentando ser incabível a penhora de percentual dos proventos de aposentadoria, depositados em conta poupança e em valor inferior a 40 salários mínimos, para pagamento de honorários advocatícios, alegando que tais verbas não se equiparam à prestação alimentícia, a autorizar a constrição judicial.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 38-40, e-STJ):

Quando da análise do pedido de efeito suspensivo, foi proferida a seguinte

decisão:

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de título extrajudicial, deferiu apenas em parte o pedido de levantamento da constrição efetuada sobre valores depositados em conta corrente do executado Pedro Stangarlin, mantendo o bloqueio até o limite dos honorários advocatícios executados nesta ação.

Alega a parte agravante a impenhorabilidade do montante bloqueado na conta do executado Pedro, por tratar-se de verba oriunda do recebimento de salários. Aponta a natureza alimentar do montante constricto. Requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal.

É o relatório. Passo a decidir.

No caso dos autos, **houve a penhora de valores depositados em conta corrente, oriundo do recebimento de salários. Entretanto, conforme anotado pelo Juiz de Primeiro Grau, em que pese a alegação de que os valores bloqueados possuem origem alimentar, tenho por manter o bloqueio até o limite dos honorários advocatícios executados nesta ação, porquanto constituem crédito de natureza alimentar, portanto, estamos diante de verba alimentar de parte a parte, e a relativização dos direitos do devedor deve se dar de forma a garantir o pagamento da dívida relativa à verba honorária em questão.**

A penhora de bens do executado é medida legítima para a satisfação da dívida. De rigor, o patrimônio do devedor, especialmente os bens que possuam valor econômico, estão sujeitos à execução (CPC, art. 789), salvo se forem qualificados como absolutamente impenhoráveis (CPC, art. 833).

De fato, os proventos remuneratórios são alcançados pela regra da impenhorabilidade (CPC, art. 833, IV). Ao assim dispor, o legislador busca conferir proteção especial à verba que, em princípio, destina-se ao sustento familiar, impedindo seja revertida ao pagamento de dívidas cobradas judicialmente.

Entretanto, **a própria Lei excepciona a garantia da impenhorabilidade, admitindo a constrição da verba alimentar para assegurar o pagamento de dívida de igual natureza (CPC, art. 833, § 2º). Consoante a pacífica jurisprudência dos Tribunais Superiores, os honorários advocatícios, tanto contratuais quanto sucumbenciais, têm natureza alimentar, pois constituem a remuneração do advogado.**

Nesse sentido decidiu o colendo STF:

(...)

O e. STJ adota o mesmo entendimento, como bem demonstram os seguintes precedentes:

(...)

Como visto, **ambas as verbas revestem-se de caráter alimentar e, havendo interesses de igual relevância em conflito, a proteção legal conferida aos valores depositados em conta poupança deve ser relativizada. Nessa equação, se mostra possível a manutenção da constrição.**

Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Intimem-se. A parte agravada, para os fins do disposto no art. 1.019, II do CPC.

Após, retornem conclusos.

Superior Tribunal de Justiça

Não vejo razão para alterar o entendimento inicial, cuja fundamentação integro ao voto. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, na hipótese, manteve a decisão que relativizou a impenhorabilidade da verba alimentar e possibilitou a constrição dos valores depositados em conta poupança, provenientes de recebimento de salário, para o pagamento de honorários advocatícios, consignando que os honorários advocatícios tem natureza alimentar e que a própria lei "excepciona a garantia da impenhorabilidade, admitindo a constrição da verba alimentar para assegurar o pagamento de dívida de igual natureza" (fl. 38, e-STJ).

No que diz respeito à penhora incidente sobre a verba salarial, "a jurisprudência desta Corte Superior consolidou entendimento no sentido de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC de 1973 (atual art. 833, § 2º, do CPC de 2015), quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias" (AgInt no AREsp 1.107.619/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16.11.2017, DJe 22.11.2017).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE, DADA A NATUREZA ALIMENTAR DA VERBA EXECUTADA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 649, § 2º, DO CPC/1973. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. **"O caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias"** (REsp 1.365.469/MG, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/6/2013). 2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia, sendo, assim, possível a penhora de 30% da verba salarial para seu pagamento. Incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.733.837/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembargados Convocado do TRF 5ª Região, QUARTA TURMA, julgado em 02.08.18, DJe 10.08.18) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART. 833, § 2º, DO CPC/2015. DETERMINADA A RETENÇÃO DE 30% DOS PROVENTOS DA POSTULANTE. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA CORTE. APLICAÇÃO AO CASO CONCRETO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, inclusive para fins do disposto no art. 833, § 2º, do CPC/2015, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1366890/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE

SENTENÇA. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR DO CRÉDITO. PENHORA INCIDENTE SOBRE VERBA SALARIAL. POSSIBILIDADE. AVALIAÇÃO DO LIMITE DA CONSTRIÇÃO EM CADA CASO, SOB PENA DE SE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA DO EXECUTADO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A legislação processual civil (CPC/2015, art. 833, IV, e § 2º) contempla, de forma ampla, a prestação alimentícia, como apta a superar a impenhorabilidade de salários, soldos, pensões e remunerações. A referência ao gênero prestação alimentícia alcança os honorários advocatícios, assim como os honorários de outros profissionais liberais e, também, a pensão alimentícia, que são espécies daquele gênero. É de se permitir, portanto, que pelo menos uma parte do salário possa ser atingida pela penhora para pagamento de prestação alimentícia, incluindo-se os créditos de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, os quais têm inequívoca natureza alimentar (CPC/2015, art. 85, § 14). (...) 4. Agravo interno parcialmente provido para dar parcial provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp 1732927/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 22/03/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORA DE VERBA SALARIAL. PERCENTUAL DE 30%. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Esta Corte Superior adota o posicionamento de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias (AgRg no AREsp 632.356/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado 3/3/2015, DJe 13/13/2015). 2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia, sendo, assim, possível a penhora de 30% da verba salarial para seu pagamento. Incidência à hipótese da Súmula nº 83 do STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 634.032/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.08.15, DJe 31.08.15) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VERBAS SALARIAIS. PENHORABILIDADE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS. VERBA ALIMENTAR. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou o entendimento no sentido de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC de 1973 (atual art. 833, § 2º, do CPC de 2015), quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias. 2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia. Precedentes 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.107.619/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16.11.18, DJe 22.11.18) [grifou-se]

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, nos termos da jurisprudência do STJ, os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia, sendo, assim, possível a penhora de verba salarial para seu pagamento.

Desse modo, o entendimento do Tribunal *a quo*, no ponto, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, o que atrai a incidência do teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

